

Aprovo.

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Artigo 1.º

Identificação do procedimento

1. O presente procedimento de consulta prévia tem por objeto a aquisição, por lotes, de equipamento laboratorial para os Departamentos de Química e Bioquímica, de Engenharia Geográfica, Geofísica e Energia, de Física, de Biologia Vegetal e de Biologia Animal da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
2. O objeto do contrato a celebrar é caracterizado pelo CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos): 38000000-5 (Equipamento laboratorial, óptico e de precisão (exc. óculos).
3. A adjudicação será realizada por lote, não existindo limite ao número de lotes que podem ser adjudicados a cada concorrente.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pessoa coletiva n.º 502618418, com morada no Campo Grande, 1749-016 Lisboa.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Subdiretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Jorge Manuel Rodrigues de Sancho Relvas, no uso de competência

delegada, ao abrigo dos n.ºs 2.4 e 2.6 do Despacho n.º 10872/2024, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 179, em 16 de setembro de 2024.

Artigo 4.º

Fundamento da escolha do procedimento

A escolha do procedimento de consulta prévia tem fundamento na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 5.º

Esclarecimentos

A prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento é da competência do júri.

Artigo 6.º

Documentos da proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP;
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente o preço unitário dos bens;
 - c) As fichas técnicas (datasheets) dos bens a fornecer.
2. Os documentos da proposta devem ser assinados, de forma individual, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica, juntamente com os documentos da proposta, documento que ateste o poder de representação e assinatura,

nomeadamente, a certidão permanente da empresa ou uma procuração devidamente reconhecida por entidade competente.

4. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo no que respeita a documentação de carácter eminentemente técnico, nomeadamente catálogos, certificados, referências, manuais técnicos e similares, que poderão ser apresentados em língua inglesa.

Artigo 7.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 8.º

Modo e prazo para a apresentação da proposta

A proposta deve ser apresentada até às 23h59m do **12.º dia** após a data do presente convite, na plataforma eletrónica de compras pública acinGov (<https://www.acingov.pt/>), na qual decorrerá todo o procedimento pré-contratual.

Artigo 9.º

Prazo da obrigação de manutenção da proposta

O prazo da obrigação de manutenção da proposta é de 66 (sessenta e seis) dias.

Artigo 10.º

Leilão eletrónico e negociação das propostas

No presente procedimento não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação das propostas.

Artigo 11.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade monofator, prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um único

fator, isto é, o preço. Será assim adjudicada, em cada lote, a proposta com o preço total mais baixo.

2. Em caso de empate a ordenação das propostas será efetuada na sequência de sorteio, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes mediante notificação através da plataforma eletrónica.

Artigo 12.º

Documentos de habilitação

1. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar via plataforma eletrónica todos os documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP e, ainda, caso se trate de uma sociedade comercial, o comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21/08.
2. O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, é de 5 (cinco) dias.

Artigo 13.º

Caução

Não é exigida a prestação de caução, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º.

Artigo 14.º

Celebração do contrato

Apenas será reduzido a escrito o contrato relativo ao Lote 1.

Artigo 15.º

Tratamento de dados pessoais

1. Os dados pessoais a que os concorrentes tenham acesso durante o presente procedimento serão tratados em estrita observância com as regras e normas do Regulamento Geral sobre

a Proteção de Dados (RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD (LERGPD), e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, devendo, após a adjudicação do contrato, se eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigação legais.

2. A disposição constante do número anterior aplica-se a todos os concorrentes que se inscrevem como interessados na proposta e possam ter acesso a informação no âmbito do procedimento.
3. Os concorrentes comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado no RGPD e LERGPD.

Artigo 16.º

Notificações e comunicações

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica.

Artigo 17.º

Legislação aplicável

A tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente convite e demais peças do procedimento aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.